

35ª REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL

GT 081 - Gênero, sexualidade, raça e localização social: produção de diferenças e desigualdades na cidade

MEMÓRIA BISSEXUAL NO BRASIL: NEGOCIANDO REGISTROS HISTÓRICOS E ROTEIROS URBANOS

Inácio Saldanha
Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas
PPGAS/UNICAMP

Resumo: Nos últimos anos, desenvolveu-se no Brasil e em outros países latino-americanos o que vem sendo percebido como um campo da memória e do patrimônio LGBTQIA+. Na forma de redes, arquivos e museus, diversos atores vêm se dedicando à produção de narrativas históricas e ao reconhecimento de práticas e territórios. Em relação a uma população constituída por múltiplas identidades, essa experiência está repleta de disputas por visibilidade. Neste artigo, pretendo contribuir para esse debate por meio de uma reflexão antropológica sobre os procedimentos metodológicos de produção da memória e do patrimônio LGBTQIA+. Tomo como ponto de partida a categoria “bissexual”, caracterizada pela ausência de espaços e territórios em separado e pela abertura classificatória à qual está relacionada. A partir de observação participante, analiso dois episódios em que as disputas, as diferenças sociais e as metodologias se expressaram coletivamente na elaboração de um “passado”: (1) a curadoria da exposição “Memória Bissexual no Brasil”, durante o I Encontro Nacional do Movimento Bissexual Brasileiro em Brasília, em 2023; e (2) a concepção e realização do “Rolezinho LGBTQIA+: Desvendando a História da Bissexualidade” pelo Museu da Diversidade Sexual em São Paulo, em 2024 e 2025. Argumento que as negociações entre ativismo e pesquisa têm um ponto de especial tensão produtiva no “essencialismo estratégico”, mas que os atores envolvidos em ambas as modalidades podem ceder a depender do público, da ocasião e dos efeitos políticos esperados.

Palavras-chave: Memória coletiva; Territorialidade; LGBTQIA+; Bissexualidade; Essencialismo estratégico.

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades*
Cazuza, 1988.

1 Introdução

Na última década, vimos um crescimento significativo no volume de debates sobre memória e patrimônio LGBTQIA+¹ no Brasil. Trata-se de um campo constituído por redes e acervos nos quais narrativas históricas têm sido elaboradas e disputadas (Soliva, 2026). A literatura sobre esse fenômeno tem destacado a criação de museus e arquivos como estratégias comunitárias, bem como a interlocução com áreas como a história e a museologia (Menezes Neto; Soliva, 2023). Trata-se de um processo que se dá em um nível regional, em vários países da América Latina (Fraccaroli; Simonetto, 2025). A figura dos arquivos e museus certamente se destaca nessa paisagem, inspirando reflexões sobre institucionalidade e legitimidade. Porém, outras práticas e metodologias de produção da memória se multiplicam em torno do tema.

Com este artigo, pretendo contribuir para esse debate com uma reflexão antropológica sobre os desafios metodológicos da multiplicação de sujeitos dessa sigla para uma leitura do passado. Tomo como ponto de partida uma categoria que esteve presente de diferentes formas nesse processo histórico de mudança e que está associada à transitoriedade e à ambiguidade: “bissexual”. Trata-se de uma categoria controversa na história dos debates sobre sexualidade, muitas vezes situada em oposição ao que seria uma identidade sexual coerente (Angelides, 2001).

As descrições e análises apresentadas aqui são fruto de observação participante, na qual sou duplamente ativista e pesquisador de redes bissexuais em atuação no Brasil. Nos últimos anos, minha participação tem se dado cotidianamente em grupos, eventos e discussões. O texto focaliza dois momentos especiais de produção da memória nos quais atuei: a curadoria da exposição *Memória Bissexual no Brasil* em Brasília em 2023 e a condução do *Rolezinho Bissexual* em São Paulo em 2024 e 2025. Antes disso, apresento (muito brevemente) também as condições históricas, políticas e teóricas em que esse interesse pela produção da memória se dá no movimento bissexual brasileiro.

¹ A sigla não é uma convenção e varia contextualmente a depender do período histórico e de quem enuncia, ou de suas posições. Por essa razão, ela também varia ao longo do texto. De forma abrangente e resumida, se refere a gays, lésbicas e pessoas bissexuais, trans (incluindo travestis e não binárias), intersexos, assexuais e aromânticas, dentre outras classificações e identificações possíveis. Os limites e as relações de inclusão e exclusão entre os grupos também podem ser objeto de debate. Para uma contextualização dessas variações, ver a análise de Regina Facchini (2020).

Sergio Carrara (2016) chamou a atenção para o papel da antropologia no processo histórico de “cidadanização da homossexualidade”, que culminou no próprio desmembramento da categoria “homossexual”. Neste sentido, este artigo se alinha com essa tendência histórica e é, ao mesmo tempo, um produto dela ao expressar a participação da antropologia junto às categorias que se originaram do desmembramento do “homossexual” como um sujeito político (a “bissexualidade” está entre várias outras).

Trata-se da área disciplinar que tem a presença mais perene na história dos estudos sobre sexualidade no Brasil (Facchini; Daniliauskas; Pilon, 2013). Além disso, a primazia da observação participante como método empregado levou antropólogos e antropólogas a estabelecerem relações profundas com o campo emergente das políticas sexuais. Mais do que isso, fez dessas próprias relações objeto de muita reflexão, como ocorreu com outros movimentos sociais nas décadas que seguiram ao fim da ditadura civil-militar. Como observou Carrara a partir de sua própria experiência de parceria com o movimento, essas relações incluem estranhamentos e reconhecimentos. E se expressam em momentos diversos, como na elaboração de documentos e na escolha das categorias instrumentalizadas. Esses momentos têm particular importância para a legitimização das demandas do movimento, por vezes respaldada pela figura do “especialista” (Aguião, 2018).

Para pensar essa multiplicidade de atores e suas relações, mobilizo a noção de “campos discursivos de ação” (Alvarez, 2014; Facchini, 2020). Assim, refiro-me aos movimentos sociais como teias político-comunicativas em que diferentes posições são assumidas contextualmente, coproduzindo e disputando as gramáticas políticas do ativismo. Neste caso, a memória coletiva é elaborada na relação entre pessoas que atuam como ativistas, comunicadoras, pesquisadoras, parlamentares e outras. Essas posições não são definitivas nem inegociáveis.

2 História, memória e essencialismo estratégico

A centralidade da memória coletiva na produção de identidades coletivas é muito conhecida pelas ciências sociais (Hallbwachs, 1990; Pollak, 1992). Modernamente, ela está associada à emergência do que Reinhart Koselleck (2004) chamou de “consciência histórica”. Para Gayatri Spivak (1996), a formação desse tipo de consciência está imbricada nos usos estratégicos da historiografia e da territorialidade. Resumindo seu argumento, esses usos constituem o que chamou de “essencialismo estratégico” nas narrativas produzidas por ativistas ou intelectuais.

Parte importante do debate teórico sobre a sexualidade no último século está associada a esse problema. Houve muitas tensões entre linhas analíticas que priorizavam a naturalização (essencialismo) ou a historicização (construcionismo) da homossexualidade (Vance, 1995; Fausto-Sterling, 2002). Elas certamente se desdobraram nos debates específicos que cada letra da sigla LGBTQIA+ veio a desenvolver. Porém, algumas dessas categorias estão associadas a posições ambíguas nas classificações de sexo, gênero ou sexualidade.

A categoria “bissexual” é muito polissêmica, o que a torna difícil de capturar historicamente em um nível coerente de classificação (Seffner, 2016). Como genitália ambígua, orientação sexual, predisposição psíquica, seus usos ao longo da história são muitos e não necessariamente substituem uns aos outros. Mesmo com a emergência do movimento bissexual no Brasil a partir dos anos 2000 (XXXX), a disputa pelos usos apropriados dessa categoria se desdobra nos mais diversos espaços. Como observou a antropóloga Helena Monaco (2025) em espaços digitais de erotismo e de ativismo, *ser* ou *estar* bissexual pode depender dos espaços onde essa categoria é articulada. Além disso, essa não é a única categoria contemporânea que remete ao desejo por pessoas de mais de um gênero, aproximando-se e distanciando-se da pansexualidade e de várias outras.

Analisando fontes históricas sobre bissexualidade nos Estados Unidos, Amanda Udis-Kessler (1996) notou como a formação de um movimento bissexual organizado nos anos 1970 levou a esforços para definir uma comunidade com presença histórica e política. Para ela, esses esforços contrastavam com a valorização de um ideal bissexual pós-gênero em movimentos gays e lésbicos até então. Ainda que historiadores como Steven Angelides (2001) tenham afirmado que a identidade política do movimento bissexual é mantida em aberto e sem definições muito estritas, a bissexualidade entrou no fim do século XX no conjunto de disputas que constituiu o campo multifacetado do movimento LGBT (Gamson, 1998).

No Brasil, as experiências de produção de uma memória bissexual estão muito relacionadas ao ativismo. Em grande parte, são elas próprias memórias do ativismo bissexual. Entre as primeiras e mais duradouras iniciativas nesse sentido estão os blogs produzidos por grupos organizados para registrar eventos, documentos e marcos políticos. O mais antigo deles é o blog do Espaço B, criado pela ativista e antropóloga Regina Facchini nos últimos anos de atividade do grupo em São Paulo.² Os coletivos criados nos anos 2010

² O Espaço B existiu entre 2004 e 2011, como um projeto da Associação da Parada LGBT de São Paulo. Não se tratava de um grupo específico de bissexuais, mas de um espaço de debates gerais sobre sexualidade, a partir

também criaram blogs, que seguem em atividade, como o Bi-Sides (criado em São Paulo em 2010)³ e o BIL (criado em Ipatinga – MG, em 2014). Estes grupos seguem em atuação e são contemporâneos da ampliação do uso de plataformas digitais pelos movimentos sociais no Brasil.

É digno de nota que esses blogs e as páginas em outras plataformas digitais (como o Facebook e o Instagram) são reconhecidos como arquivos. Tanto é que o blog do coletivo BIL passou a hospedar, a partir de 2020, as edições do *Jornal Bis – Unindo Forças* (2004-2006).⁴ Trata-se do folhetim do Núcleo Bis, grupo de Brasília que está entre os primeiros grupos de ativismo bissexual do país (Cavalcanti, 2007). As diferenças nos tratamentos da memória em cada plataforma digital renderiam um artigo à parte. Hoje sabemos que parte desses arquivos pode se perder com as mudanças internas, de mercado e geopolíticas que envolvem as plataformas digitais. É o caso do *Orkut* e do *Yakoo Groups*, utilizados nos anos 2000 e que não têm mais seus arquivos disponíveis.⁵

O processo de fortalecimento do ativismo bissexual contemporâneo coincidiu com a formação do campo de memória e patrimônio do que agora é chamado de LGBTQIA+. O Brasil conta com duas redes nacionais dedicadas à bissexualidade e outras *monodissidências*:⁶ a Frente Bissexual Brasileira, formada em 2020, e a Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM), formada em 2023 a partir do Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade (GAEBI), que atuava desde 2019 em Belém do Pará (Klidzio, 2024). Em uma mobilização conjunta, as duas redes pleitearam a abertura de vagas para ativistas/pesquisadores que trabalhassem com bissexualidade no GT de Memória e Verdade LGBTQIA+, instituído pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em 2023. A justificativa incluiu a preocupação com a permanência do

do qual se estruturou parte das redes de ativistas bissexuais dos anos 2000 (Leão, 2018). Seu blog pode ser acessado no seguinte endereço: <https://blog-espaco-b.blogspot.com>.

³ O conteúdo pode ser acessado no que já é um *backup* do blog original: <https://www.bisides.com>.

⁴ O material está disponível no link: <https://coletivobil.wordpress.com/2020/09/05/jornal-bis-unindo-forcas>.

⁵ A ansiedade motivada pelos interesses políticos pela conservação pode entrar em conflito com a ordem e as prioridades dos procedimentos técnicos de arquivagem e conservação (Weld, 2014). Esses dissensos também podem ocorrer no campo intelectual. Por um lado, abordagens das Ciências Sociais e das Ciências da Informação convergem na atenção para além do conteúdo dos documentos históricos, considerando também a importância de seus usos, formatos e contextos. Por outro, antropólogas e antropólogos podem valorizar a multiplicidade de novos usos possíveis (Cunha, 2005), enquanto arquivistas estão mais preocupados com a preservação dos usos originais, como no debate sobre arquivos digitais (Thomaz, 2004; Innarelli, 2015). No campo da memória e do patrimônio LGBTQIA+, essas abordagens se aproximam em metodologias inspiradas na variedade de narrativas históricas e políticas da sigla, como na “desclassificação” de Luís Fernando Vanin (2025), que valoriza a contradição e o “pluralismo lógico” no trabalho de organização.

⁶ A categoria “monodissidência” foi criada na primeira metade da década de 2010 e é usada pelo movimento bissexual brasileiro para se referir à multiplicidade de identidades e experiências que remetem ao desejo por pessoas de mais de um gênero. Ela inclui, politicamente, pessoas bissexuais, pansexuais, com outras identidades ou mesmo sem identificação (XXXX).

apagamento e da *invisibilidade* das pessoas bissexuais nos mais diversos espaços e narrativas relativos a LGBTQIA+.

Essa parceria levou a uma campanha de incidência sobre debates em torno da memória de pessoas LGBTQIA+. Em audiências públicas e reuniões, ativistas bissexuais passaram a reivindicar mártires geralmente descritos como gays e lésbicas, como os vereadores Renildo José dos Santos (Coqueiro Seco – AL) e Marielle Franco (Rio de Janeiro – RJ), assassinados em 1993 e 2018, respectivamente. Isso também implicou uma série de questionamentos sobre afirmações genéricas de que pessoas eram gays e lésbicas ao longo de toda a história do Brasil. Porém, em vez de afirmar que determinados personagens históricos foram bissexuais, questionou-se por que eles são classificados de uma forma e não de outra. Tal questionamento tem um efeito muito profundo, pois a resposta é o reconhecimento político da identidade atribuída ao passado. Afirmar que alguém não foi necessariamente gay ou lésbica é afirmar que há outras identidades políticas no presente.

Este uso estratégico do passado articula dúvida e provocação sobre os procedimentos de produção da memória. Uma das audiências públicas promovidas pelo GT ocorreu na mesma semana e cidade que a Reunião Brasileira de Antropologia: Belo Horizonte, julho de 2024. Na ocasião, diversos antropólogos participaram das mesas ou as assistiram, em um episódio curioso de mobilização do essencialismo estratégico. Para o filósofo Ian Hacking (1995), o essencialismo é um caminho quase inevitável para as categorias classificatórias que precisam ser tomadas como naturais para serem legítimas. Porém, trata-se de um processo muito complicado do ponto de vista de seus procedimentos e dos desafios colocados para o reconhecimento de determinadas categorias. A categoria “bissexual” provoca os próprios limites do essencialismo estratégico ao mesmo tempo que um ativismo articulado a faz incidir sobre a política de identidade.

3 Em exposição: curadoria, imagens e marcos históricos

A exposição fotográfica “Memória Bissexual no Brasil” teve lugar no Espaço Cultural Renato Russo entre 22 e 30 de setembro de 2023, como programação associada ao I Encontro Nacional do Movimento Bissexual Brasileiro (este, realizado entre 22 e 23 daquele mês e no mesmo espaço). Tratava-se de uma iniciativa da Frente Bissexual Brasileira para oferecer uma visão da bissexualidade como centro de um debate e de uma luta contínua, que tem alcançado conquistas e encontrado novos desafios em nosso país.

O material selecionado para a exposição foi dividido em três partes que compunham um panorama cronológico. O primeiro contava com alguns documentos e registros anteriores

à criação do movimento bissexual no Brasil nos anos 2000 e alguns registros cedidos por ativistas que atuaram nesse primeiro momento ou pela imprensa. O segundo conjunto de materiais apresentava o crescimento e a diversificação do debate e do ativismo sobre bissexualidade pelo Brasil nos anos 2010. A terceira e última parte reunia documentos e imagens pertinentes às atividades e conquistas durante e após a pandemia de covid-19.

Como ativista da Frente Bissexual Brasileira, eu fui curador da exposição e responsável por sua montagem. Como historiador e antropólogo, desenvolvo aqui uma reflexão crítica sobre essa experiência dupla de engajamento político e produção de conhecimento histórico. Podemos tomar a elaboração e a reivindicação da memória como estratégias políticas que, nesse caso, estão sendo compartilhadas por redes de ativismo e de pesquisa.

Pensando a partir de uma experiência curatorial de videoarte relacionada ao ativismo bissexual, Iriane Leme utilizou a noção de “ativismo curatorial”. Sua abordagem valoriza as alianças e conexões positivas do processo de curadoria:

O ativismo curatorial se apresenta como um conjunto de estratégias para se desafiar e desconstituir um olhar tão legitimado, acionando em nós e nos outros a possibilidade da coexistência de saberes e práticas. Essas estratégias, na leitura deste estudo, não devem ser pensadas apenas para instituições culturais e de arte (museus, galerias, etc.), podendo constituir um amplo campo de proposições, em correlação com os ativismos e movimentos sociais, afinal, ativistas são artistas culturais (Leme, 2024, p. 88).

Em meu caso, quero destacar o lado conflitivo, que é constitutivo da prática do ativismo. Não para desmerecê-lo, mas para explorar a capacidade criativa desses conflitos. Dessa forma, é possível entender os próprios limites do campo ativista e como eles podem ser disputados ou situados, se acompanharmos a concepção de Socia Alvarez (2014). Um momento muito importante para pensarmos a interlocução entre ativismo e pesquisa diz respeito ao cartaz da exposição e à inclusão de dois registros. Um deles era um recorte de jornal com uma fotografia do cantor Ney Matogrosso com a frase: “Somos todos bissexuais”. Era uma imagem retirada do documentário *Lampião da Esquina* (2016), sobre o famoso jornal de intelectuais homossexuais do fim da ditadura. A imagem, porém, era da *Coluna do Meio*, publicada no jornal *Última Hora* entre 1976 e 1978, quando o autor Celso Curi foi enquadrado pela Lei de Imprensa (MacRae, 1990). Houve uma resistência a incluí-lo em uma exposição de produção de memória bissexual por conta de suas afirmações que foram entendidas como não gostar de bissexuais.

Tratava-se, provavelmente, à repercussão polêmica de uma entrevista que o cantor deu ao jornal *A Folha de São Paulo* (2017), dizendo que não queria ser enquadrado como “o gay” ou levantar a bandeira do movimento: “Que gay o caralho. Eu sou um ser humano, uma pessoa”. Seu distanciamento com a “bandeira”, que ele afirmou ser o seu próprio corpo, provocou desconforto com determinadas expectativas em torno de sua imagem como um ícone da sexualidade frente à política moral da ditadura de 1964 (Quinalha, 2021). Como argumentado por Udis-Kessler (1996), há certo dissenso entre a ética sexual da contracultura dos anos 1960 e 70,⁷ que valorizava um tipo de “bissexualidade” como ideal, e uma identidade bissexual definida que mobiliza o ativismo político pós-1980. No Brasil, esse estranhamento pode ser percebido nesse episódio, que é expressão também de uma mudança mais geral na formação de uma noção de “população LGBT” a partir dos anos 2000 (Aguião, 2018). Essa mudança histórica não significa que as diferentes posições não coexistiram no passado. Afirmções semelhantes de Ney Matogrosso de que não queria “levantar bandeira” ou se comprometer com a liberação sexual já foram feitas em entrevista ao próprio *Lampião da Esquina* (1979). Sua percepção pode ser tomada como representativa de artistas associados ao que seria a “bissexualidade” da contracultura e que a negavam como uma identidade, como o fez Caetano Veloso (1997) em sua autobiografia.

O outro registro que provocou controvérsia foi a capa da cantora Ana Carolina na revista *Veja* em dezembro de 2005 com o título “Sou bi, e daí?”. Essa capa aparece na memória de ativistas bissexuais atuais como um marco muito relevante no qual a sexualidade aparece de uma forma positiva e afirmativa em um grande veículo da imprensa brasileira, embora não necessariamente apareça com a mesma relevância para ativistas de outras gerações. A *Veja* é a revista de maior circulação nacional e também responsável por episódios menos felizes em relação à memória de pessoas bissexuais, como a capa do cantor Cazuza em 1989 com a frase “Uma vítima da Aids agoniza em praça pública”, em uma reportagem que enfatizava sua bissexualidade e o uso de drogas (Julião, 2019). Em uma versão preliminar do cartaz elaborado pela antropóloga Danieli Klidzio, pesquisadora da REBIM, aparecia um pedaço da capa de Ana Carolina na *Veja*.

⁷ A noção de “contracultura” tem usos bastante abrangentes e se refere a diversos movimentos e tendências de períodos e origens distintos, que convergem na formação da “juventude” como opositora de valores racionalistas na segunda metade do século XX (Roszak, 1972; Napolitano, 2023). Ainda assim, trata-se de uma categoria historicamente importante e que tem sido usada para descrever vários movimentos políticos e tendências culturais da segunda metade do século XX associados à liberação sexual e à valorização de um ideal de “bissexualidade” (Angelides, 2001).

Figura 1: Capa da *Veja* com Ana Carolina na exposição *Memória Bissexual no Brasil*



Autora: Gisela Viana, 2023. Fonte: Acervo da Frente Bissexual Brasileira.

Também houve uma resistência em incluir a imagem, particularmente por conta de um episódio (então muito recente) em que Ana Carolina recebeu uma medalha da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e fez um discurso falando sobre ser sapatão no Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), sem mencionar a bissexualidade. Aquele episódio foi entendido por ativistas como um “voltar atrás” na afirmação de uma identidade bissexual, o que levou a uma discussão em que a capa da revista foi mantida na exposição, mas retirada do cartaz (Figura 1).

Este episódio nos permite pensar em como são diferentes os critérios que permitem qualificar a memória de um grupo. Para pesquisadores (dependendo das perspectivas teórico-metodológicas), menções interessantes ou relevantes à categoria constituem episódios fundamentais na produção de uma memória coletiva. Assim, a descontinuidade na afirmação pública da identidade de Ana Carolina (que é comum e característica das trajetórias das pessoas) não seria um empecilho à sua inclusão na exposição ou mesmo no cartaz. Para um movimento organizado, é preciso pensar estrategicamente nos efeitos políticos e também no que é um reconhecimento de determinadas figuras públicas ou não. E quais são os momentos e espaços para tais reconhecimentos, uma vez que a própria Frente Bissexual Brasileira já compartilhou em suas redes sociais o marco dos 20 anos da capa da revista? Trata-se de escolhas estratégicas que partem de avaliações sobre a justificativa da exposição e o público que se pretende atingir. Em 2023, o I Encontro Nacional do Movimento Bissexual Brasileiro foi uma oportunidade de interlocução com o novo governo,

através do qual membros de conselhos, parlamentares, ativistas e comunicadores visitaram a exposição.

O contato entre esses diversos atores também implica no quanto essas posições são situacionais e até mesmo subjetivas. As pessoas podem estar em mais de uma posição ao mesmo tempo e serem classificadas de diferentes formas a depender de suas trajetórias e com quem se relacionam. Como observou a antropóloga Helena Monaco ao descrever sua participação no evento:

Há conflitos de certa forma implícitos quanto à classificação e percepção de proximidade de cada sujeito com relação às diferentes esferas de atuação. A desconfiança com a academia, entretanto, não significa uma ruptura ou desvalorização. Ao contrário, as instituições de pesquisa e as/es/os pesquisadoras/es são valorizadas na medida em que auxiliam o movimento. Para citar um exemplo prático, no I ENMB, a ser descrito no próximo tópico, ocorreram algumas fricções, pois havia pessoas integrantes da Frente que estavam em Brasília e não estavam ajudando na montagem e organização pré-evento, na véspera, ao passo que eu, que não integro a FBB, passei a tarde e parte da noite no local auxiliando na organização do espaço e fazendo a montagem da exposição Memória Bissexual no Brasil junto com o curador. Esse movimento não foi visto como intrusão de alguém de fora, mas, ao contrário, parece ter me dado certa legitimidade como, se não parte dele, ao menos aliada do movimento (Monaco, 2025, p. 157).

Na abertura da exposição, que ocorreu durante o evento, iniciei uma conversa sobre memória bissexual com uma provocação: “Não olhem para esses registros e entendam que essa é a memória bissexual no Brasil”. Em vez de um produto ou uma narrativa acabada, a exposição foi apresentada às pessoas presentes como uma oportunidade de produzirmos uma memória bissexual no Brasil. Em quais espaços você esteve, construiu, quais conversas você teve, quais pessoas foram importantes na sua trajetória como uma pessoa bissexual para se entender como tal, é, para tomar contato com o tema ou mesmo para fazer diferença em relação a ele? Rodas de conversa, grupos de estudos, conversas amigáveis, passeios, participação em protestos, falas. Mencionei a minha primeira atividade presencial sobre bissexualidade em que compareceram quatro pessoas. Os mais diversos espaços e oportunidades são episódios de produção constante dessa memória.

4 Trajetos urbanos: territorialidade e classificação

Em 2024, Regina Facchini foi convidada pelo Museu da Diversidade Sexual (MDS),⁸ na pessoa de sua Coordenadora de Exposições e Programação Cultural, Amara Moira, para a realização de um Rolezinho LGBTQIA+ focado na bissexualidade. Escritora, Amara é travesti e bissexual. Os *Rolezinhos* são uma programação mensal do MDS que leva o público em geral para um roteiro pelo centro da cidade, explorando a memória do que é reivindicado como um “território LGBTQIA+” de São Paulo. Assim, as atividades provocam pensar nas territorialidades e relações históricas das pessoas LGBTQIA+ com os bairros centrais da cidade. Eu me somei ao projeto e participei de sua idealização e condução.

O nome “rolezinho” para uma atividade que se assemelha a um roteiro turístico (como muitos outros realizados no centro de São Paulo) remete de forma descontraída ao fenômeno dos rolezinhos, em que jovens das periferias brasileiras frequentavam shopping centers em grandes grupos na primeira metade da década de 2010, o que provocou medidas de impedimento e um grande debate público (Pinheiro-Machado; Scalco, 2014). É, assim, uma atividade que se pretende um tipo de ocupação política do espaço público. Ao mesmo tempo, o nome sugere um perfil informal e divertido.

Fazer uma atividade do tipo sobre bissexualidade era um grande desafio. Pode-se dizer que o centro da cidade de São Paulo é um espaço famoso pela complexidade da relação de territorialidade que pessoas LGBTQIA+ têm com ele. Trata-se de um espaço de sociabilidade que mobilizou várias gerações de sociólogos, antropólogos e historiadores interessados na categoria “homossexual” desde os anos 1950 (Green; Trindade, 2005). Tornou-se também objeto de reivindicação política com o desenvolvimento do movimento LGBTQIA+, sendo o ponto para o qual segue a Parada do Orgulho de São Paulo desde o fim dos anos 1990. Dessa forma, o antigo “gueto” passa a ser um “território”.

Também se trata do campo empírico da clássica etnografia de Néstor Perlongher (1987a) sobre a prostituição viril. Segundo o antropólogo, um sistema muito complexo de classificação vigorava entre os homens de acordo com suas mais diversas características, com os logradouros e com os fluxos por entre eles. Perlongher argumentou que a própria categoria “homossexual” seria muito limitada para compreender a dimensão relacional, situacional e negociada dessas classificações. Entre “bichas”, “michês”, “babies” e

⁸ O MDS foi criado em 2012 como Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, recebendo a denominação atual em 2018. É uma instituição do Estado de São Paulo gerida por organização social (Cordeiro, 2023).

“giletes”,⁹ ele registrou mais de quarenta categorias. Existe um risco em sobrepor esse clima de fluidez e a categoria “bissexual”, que Perlongher (1987b) julgava demasiado estrangeira na época.

Além disso, a emergência da identidade bissexual no Brasil no fim do século XX não significou a formação de espaços em separado. Essas pessoas seguiram transitando pelo que pode eventualmente ser chamado de espaços de gays e de lésbicas ou de heterossexuais. Não há registros suficientemente confiáveis de padrões comportamentais ou de proximidade com um ou outro grupo, e narrativas atuais tendem a destacar o sentimento de não pertencimento e estranhamento com a maioria dos espaços da cidade, como no estudo da geógrafa Hortência Brito de Souza (2022). Os territórios apropriados por pessoas bissexuais podem variar muito de acordo com sua trajetória individual. E, como observou Helena Monaco (2025), os espaços propriamente bissexuais na contemporaneidade são temporários e podem estar associados a diferentes concepções de “bissexualidade”.

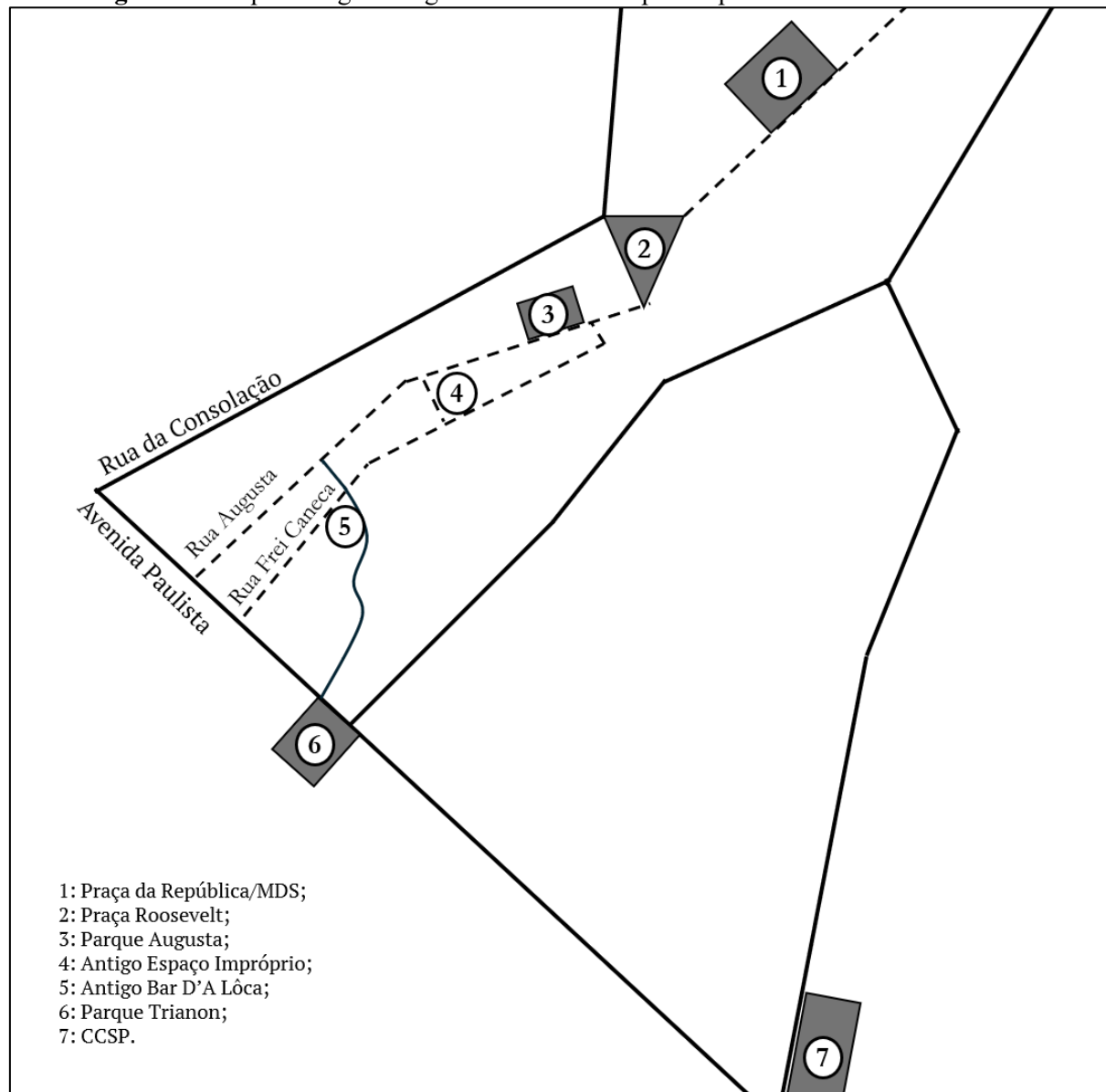
Em nossa reunião de idealização e planejamento, Regina e eu apresentamos o que seria um possível impasse para o modelo dessas atividades: a proximidade com a sede do museu na estação de metrô República. Em nossa percepção, os espaços historicamente associados ao que podemos pensar como uma memória ou história bissexual em São Paulo se distanciam do centro e se aproximam da região da Avenida Paulista: o antigo Espaço Impróprio, um centro contracultural na região da rua Augusta que acolheu o Espaço B por anos; a própria Avenida Paulista, palco das Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo e das Caminhadas de Lésbicas e Mulheres Bissexuais; o Parque Trianon e o Centro Cultural São Paulo (CCSP), espaços de encontros e piqueniques do Espaço B e do coletivo Bi-Sides nos anos 2010, sendo este último palco das Rodas de Validação de Experiências Bissexuais realizadas entre 2017 e 2018 (Santos et al., 2018). Essas atividades foram importantes para a campanha que levou ao reconhecimento da bifobia pelo Conselho Federal de Psicologia, expressa na sua Resolução 08 de 2022.

No croqui abaixo, vemos algumas das principais vias dessa área. Pontilhadas estão as ruas que os Rolezinhos percorrem parcialmente: rua Augusta e rua Frei Caneca. Na direção superior, está o centro da cidade. Abaixo, estão os Jardins, um conjunto de quatro bairros nobres. O croqui apresenta um conjunto de equipamentos identificados como relevantes, um tipo de “mancha”. Para usar os termos de José Guilherme Magnani (1992), a

⁹ A categoria “gilete” às vezes é entendida como sobreposta a “bissexual”. Porém, seus usos históricos estão mais relacionados a contextos de humor e chacota, e geralmente se referiam a algum tipo de “vida dupla” (XXXX).

“mancha” é recortada por “trajetos”, resultados de escolhas sobre onde ir, onde não ir e onde ir depois. Como na experiência de andar e se relacionar com a cidade, os equipamentos podem se complementar ou competir entre si.

Figura 2: Croqui de lugares sugeridos e/ou contemplados pelo *Rolezinho Bissexual*.



Elaboração própria.

O CCSP tinha uma importância simbólica muito grande pelo efeito que as rodas tiveram, não apenas na valorização do acolhimento como estratégia do ativismo bissexual (Monaco, 2020), mas também nos desdobramentos que tiveram para a mobilização desse ativismo junto aos conselhos profissionais de psicologia (Coelho, 2019). Porém, como vemos na Figura 2, era o mais distante de todos os pontos (5,5 quilômetros da Praça da República e passando pela Avenida Paulista) e sua inclusão se tornava impraticável. De certa

maneira, os marcos do movimento bissexual na cidade de São Paulo sugeriam uma relação com as ocupações de equipamentos urbanos, e não tanto com a territorialidade histórica do centro. Aliás, a própria memória do movimento bissexual torna-se uma memória de um processo de diferenciação de uma coletividade mais ampla. Essa coletividade, que caracteriza a multiplicidade de atores do centro, foi historicamente subsumida em uma ampla categoria de “homossexuais”. Ainda assim, se mantém uma composição de trajetos possíveis a partir de locais de lazer e encontro, característica dessas partes da cidade (Magnani, 1992).

Essa questão torna-se ainda mais intrigante quando lembramos que o próprio Museu da Diversidade Sexual já estudou a possibilidade de ser abrigado em um prédio na Avenida Paulista, o que poderia ter levado a várias outras apropriações possíveis do espaço urbano. Sediado no subsolo da estação de metrô (e depois também em um prédio na rua São Luís, próximo a ela), o MDS e suas atividades passaram a ratificar a narrativa de que a República é o território por excelência das pessoas LGBTQIA+. É uma narrativa que não deixa de priorizar determinados espaços e disputas em detrimento de outras, como a memória da cena noturna e de espaços de “pegação” nos Jardins, nas proximidades da Avenida Paulista, entre o fim dos anos 1970 e os anos 2000 (Meneses, 2024). Mais do que imaginar que o MDS poderia estar estimulando outras memórias se estivesse instalado na Avenida Paulista, esse impasse sugere que a produção da memória depende também de condições logísticas e materiais. Ao mesmo tempo, a continuidade da relação de territorialidade com o centro invoca outras questões. Isadora Lins França (2012) narrou o interesse e a resistência em torno da aproximação de um público associado à marginalidade com uma região nobre como a dos Jardins nos anos 2000. Uma vez que os territórios urbanos estão associados aos marcadores sociais da diferença, o centro sobreviveu como uma área mais acessível, com os atributos positivos e negativos que essa percepção pode provocar.

Diante da impossibilidade de levarmos o rolezinho para uma área mais distante do museu, discutimos com Amara. Ela tinha outra proposta de valorização da territorialidade das pessoas bissexuais, destacando formas de apropriação do espaço público que remetiam à transitoriedade ou a figuras que não necessariamente se encaixavam no que seria a “homossexualidade” da segunda metade do século XX. Assim, espaços como os “cinemões” seriam interessantes de serem apontados. Conhecidos como “cinemões”, esses lugares estão associados à fortuidade e ao “desejo pela diferença” e são dotados de menor prestígio (França, 2013). Com eles, produz-se outro tipo de memória.

O nome divulgado para atrair a participação das pessoas foi “Rolezinho LGBTQIA+: Desvendando a História da Bissexualidade”. Marcado para a semana da visibilidade

bissexual, o rolezinho contou com a participação de cerca de 40 pessoas. O público transitou em um trajeto um tanto longo para os que geralmente eram feitos nessas programações. A atividade se iniciou no espaço do museu com uma visita mediada a uma exposição de curadoria de Amara e uma discussão breve sobre bissexualidade e seus símbolos e significados. Expomos, em um monitor, um vídeo disponível na internet sobre a participação da ativista Daniela Furtado na Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de 2010, na qual conheceu Natasha Vital, que se juntaria a ela na formação do Bi-Sides, e Regina Facchini, o que permitiu um diálogo entre duas gerações de movimento bissexual brasileiro. Com a participação majoritária de pessoas bissexuais, seguimos em algumas paradas na direção da rua Augusta.

A primeira foi em frente à Praça da República, indicando a antiga sede da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, onde o Espaço B começou a se reunir nos anos 2000. Além dele, falamos sobre os cinemões e a associação entre a imagem das pessoas bissexuais e o segredo ou medo de se assumir ou a “vida dupla”. Em seguida, paramos na Praça Roosevelt para falar sobre os teatros como espaços privilegiados de vivência da ambiguidade e da sexualidade. Como vimos acima, essa relação não implica necessariamente a identidade bissexual. Aquela foi uma parada importante para discutir a relação entre a bissexualidade e as artes ou a mídia. E como as mídias são importantes nas referências que temos de pessoas bissexuais e na forma como a bissexualidade é pensada socialmente em relação à juventude e ao estilo (Souza, 2025).

Outra parada se deu no Parque Augusta, em que bebemos água e falamos um pouco sobre a cena noturna de São Paulo e sobre a importância dos bares e boates para a circulação de pessoas bissexuais, bem como de mais pessoas LGBTQIA+ nos territórios da cidade. A memória que trouxemos tem relação com a mudança no que seria um “gueto” para o espaço de sociabilidade com a emergência do mercado, principalmente a partir da década de 1990 (Simões; França, 2005). Em seguida, seguimos pela rua Augusta até virar para o antigo Espaço Impróprio. O antigo prédio de dois andares, que recebeu variadas programações das cenas punk e vegana da cidade nos anos 2000, foi demolido. Em seu lugar, uma obra do metrô de São Paulo obstruía a rua Dona Antônia de Queirós. Esse foi o momento de reflexão sobre os passos atuais do movimento bissexual e a importância de acompanhar as redes existentes. Por fim, visitamos o prédio no qual funcionou o Bar D’A Lôca por muitos anos, na esquina entre as ruas Frei Caneca e Peixoto Gomide. Bar muito importante para um público considerado jovem e alternativo nos anos 2000 (Puccinelli, 2014), o bar recebia as

festas do DJ André “Pomba”. Ele próprio é bissexual, assumiu o lugar de representação de bissexuais em conselhos em alguns momentos de sua trajetória (Bulgarelli, 2017).

Como se pode inferir, nenhum dos pontos visitados era exclusivamente bissexual. Portanto, não se tratou de encontrar, mas de criar “lugares de memória” (Nora, 1993). As escolhas e apresentações em cada um deles estavam relacionadas às apropriações criativas dos espaços por determinados sujeitos. A experiência do Rolezinho LGBTQIA+ chamou a atenção para uma memória que escapa aos limites de um grupo social definido, isto é, a memória bissexual para além do movimento bissexual ou de uma identidade bissexual. É uma memória que remete aos limites, às contradições e descontinuidades da própria sexualidade e, nesse sentido, aos limites das classificações às quais podemos associar os territórios. É, além disso, uma experiência de produção de lugares de memória e de referências, não apenas para as pessoas que acompanharam, mas também um exercício para as pessoas pesquisadoras e ativistas que elaboraram a atividade.

Algumas semanas depois, foi realizada uma *live* no YouTube sobre bissexualidade e território. Novamente, escolhas se deram em torno da apresentação para o público em geral. “Territórios Bissexuais” foi sugerido como um título atraente, mas não foi acatado. Dessa vez, foi a preocupação teórica das pessoas pesquisadoras que impôs um limite aos possíveis efeitos das escolhas. Para não essencializar as pessoas bissexuais e nem os territórios pelos quais elas transitam, foi escolhido o título “Bissexualidade e território”.

Uma vez que a atividade foi realizada em São Paulo, convidamos para participar do debate a ativista Fernanda Coelho, do coletivo BIL. Moradora de Ipatinga, no interior de Minas Gerais, Fernanda trouxe parte de sua experiência de ativismo em uma cidade que é interiorana, mas não rural. Mas o que quero destacar aqui foi a diferença nas posturas sobre o essencialismo estratégico durante a *live*. Ao nos ouvir falar, lembrou de como as implicações teóricas que temos com o problema do essencialismo são secundárias para o seu trabalho como ativista, em que a memória tem um sentido mais pragmático.

Ao mesmo tempo, há uniformizações que são intrínsecas a narrativas sobre o passado, especialmente quando se esboça a visibilidade para um novo grupo (Spivak, 1994). Em 2025, foi realizada uma segunda edição do Rolezinho, em que o percurso foi reduzido. Ao pararmos no Parque Augusta para beber água e falarmos da cena noturna, uma travesti de meia-idade afirmou que teve uma experiência muito ruim ao visitar o Bar D’A Lôca e que não suportava ouvir o nome do lugar. Muitos anos antes, ela havia entrado em uma festa e foi expulsa do local ao beijar outra travesti. Regina lembrou que, no passado, a aceitação de certos corpos variava de acordo com a programação e o dia. Na verdade, o perfil d’A

Lôca variava de acordo com a programação. Como descreveu Alexandre Vega, a matinê de André Pomba realizada aos domingos com o nome de Grind foi o que promoveu uma aproximação entre o público *rocker* do lugar e o público GLS:

O que tornava o Grind (o nome era importante para diferenciar que não se ia n'Alôca, mas sim a uma festa específica que acontecia lá) diferente das outras noites em outros clubes era a disposição dos promotores em acentuar que aquele era um território mix ou GLS (Vega, 2009, p. 90).

As categorias “mix” e “GLS” (sigla para gays, lésbicas e simpatizantes) estão relacionadas à formação de um mercado segmentado nas cidades brasileiras e são atribuídas ao Festival Mix Brasil, realizado na cidade de São Paulo desde 1994 (Palomino, 1999; Facchini, 2005). Entre os anos 1990 e 2000, houve certa confusão sobre a sobreposição ou não das categorias “bissexual” e “simpatizante”, o que se deve à dificuldade de estabelecer os limites entre o que seriam dois públicos distintos para os empreendimentos de mercado. E, como descrito por Vega, a própria A Lôca ficou conhecida por ter frequência de jovens bissexuais, mesmo quando o local ou a Grind se apresentavam como abertos a simpatizantes.

Ao mesmo tempo em que não devemos colocar aquela travesti no lugar da precariedade por excelência (ela tinha uma vida estável na Itália há décadas e estava visitando o Brasil), o que sua intervenção nos ajuda a pensar é como as experiências históricas permanecem sendo múltiplas. Se, ao produzirmos uma memória coletiva, produzimos sujeitos históricos, estamos também produzindo uma experiência histórica coesa. E ela está repleta de exclusões e limites que são constitutivos. Porém, como sugeriu Joan Scott (1998), discutir esses limites também nos permite pensar em como superá-los. Esse episódio também aponta, mais uma vez, que a territorialidade de pessoas bissexuais é fragmentária e momentânea. E que os lugares não *são* dotados de um único sentido, como as identidades que se apropriam deles não são.

5 Conclusões

Com a multiplicação de suas classificações e identidades políticas, o acrônimo LGBTQIA+ representa um constante problema de elaboração narrativa. No caso da bissexualidade, o essencialismo estratégico enfrenta desafios implicados na fluidez da própria categoria e dificuldade de associá-la a espaços e figuras muito definidas. Afirmar que uma pessoa no passado foi bissexual é mais difícil do que afirmar que foi um gay ou uma lésbica. Esse problema lança luz sobre os limites metodológicos de uma memória produzida a partir do essencialismo estratégico. Assim, lança dúvidas sobre esses gays e lésbicas do passado. As negociações e escolhas descritas neste artigo revelam

descontinuidades e motivações políticas que são fundamentais para um campo em construção no Brasil.

Mas o ativismo não produz apenas narrativas prontas ou entidades, como arquivos e museus. Os debates e disputas políticas também implicam no desenvolvimento de técnicas, práticas e metodologias. Tais metodologias passam por etapas de idealização em que diferentes atores se encontram e nas quais são tomadas decisões e feitas escolhas estratégicas de acordo com os interlocutores, os espaços e as oportunidades constatados. Esse argumento não implica necessariamente uma oposição entre as instituições comunitárias e essas outras formas de produção da memória. Em vez disso, todas compõem um processo multifacetado de construção de um passado. E de projetos de futuro.

Referências:

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13–56, 2014.

ANGELIDES, Steven. **A history of bisexuality**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

BULGARELLI, Lucas. **[ALERTA TEXTÃO]**: estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015–2016). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. 1–38, 2016.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis**: práticas e identidade bissexual. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

COELHO, Fernanda. Bissexualidade. In: FERRÃO, Dalcira; CARVALHO, Lucas Henrique de; COACCI, Thiago (Org.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual**: saberes em diálogo. Belo Horizonte: CRP 04, 2019. p. 221–241.

CORDEIRO, Leila Cristina Antero. De Centro de Memória e Estudos a Museu: concepção do acervo do Museu da Diversidade Sexual. In: VIEIRA, Leonardo (Org.). **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 7–32, 2005.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 17–37.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. *In*: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Org.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 31–69.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161–193, 2013.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17–18, p. 9–79, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Que gay o caralho. Eu sou um ser humano”, diz Ney Matogrosso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2017. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/07/1902472-que-gay-o-caralho-eu-sou-um-ser-humano-diz-ney-matogrosso.shtml>. Acesso em: 24 jan. 2026.

FRACCAROLI, Yuri; SIMONETTO, Patricio. An LGTBIQ+ archival boom? grassroots archival activism and memory politics in Latin America. **International Journal of Cultural Studies**, v. 28, n. 6, p. 1192–1209, 2025.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

FRANÇA, Isadora Lins. Do universo perfeito ao cinemão: homossexualidade masculina, deslocamento e desejo na cidade de São Paulo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 44–73, 2013.

GAMSON, Joshua. Must identity movements self-destruct? a queer dilemma. *In*: NARDI, Peter M; SCHNEIDER, Beth. E. (Org.). **Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader**. Nova York: Routledge, 1998. p. 589–604.

GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

HACKING, Ian. The looping effects of human kinds. *In*: SPERBER, Dan; *et al.* (Org.). **Causal cognition: a multidisciplinary debate**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 351–394.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais**: proposta de um modelo conceitual. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

JULIÃO, Rafael. **Cazuza**: segredos de um liquidificador. Rio de Janeiro: Batel, 2019.

KLIDZIO, Danieli. Visibilidades em rosa, roxo e azul: bissexualidade, ativismo e produção acadêmica. **Temáticas**, Campinas, v. 32, n. 64, p. 55–83, 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures past**: on the semantics of historical time. Nova York: Columbia University Press, 2004.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Ney Matogrosso sem bandeira: “Liberação? Cada um que cuide da sua”. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 5–7, 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Direção: Livia Perez; Noel Carvalho. Brasil, 2016. 82 min. Documentário.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris**: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LEME, Iriane Du Aguiar. **O lado B dessas histórias**: mídia, tecnologia, videoarte e bissexualidades. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2024.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, p. 191–203, 1992.

MENESES, Emerson. Tentam nos vestir de noiva: sete queertografias paulistanas. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 32, n. 1, e226830, 2024.

MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Musealizando a diferença: acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 24, n. 65, p. 34–65, 2023.

MONACO, Helena Motta. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços “monodissidentes”. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 228–251, 2020.

MONACO, Helena Motta. **Entre mundos**: política, erotismo e produção de sentidos em espaços bissexuais digitais. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

NAPOLITANO, Marcos. **Juventude e contracultura**. São Paulo: Contexto, 2023.

NORA, Pierre. Memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

PALOMINO, Erika. **Babado forte**: moda, música e noite na virada do século 21. São Paulo: Mandarim, 1999.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

PERLONGHER, Néstor. **O que é Aids**. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais**, Salvador, n. 1, p. 1–21, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

PUCCINELLI, Bruno. Na esquina do Bar d'A Lôca: produção de sexualidades no cruzamento com a produção da cidade de São Paulo. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 23, p. 9–124, 2014.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

SANTOS, Cinthya Giselle Coutinho Oliveira dos; *et al.* Da invisibilidade ao reconhecimento: experiência de roda de conversa e validação da bissexualidade em São Paulo. **Boletim Informativo de Saúde**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 77–85, 2018.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 297–325, 1998.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do gueto ao mercado. *In*: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 309–336.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Patrimonialização da memória LGBTQIAPN+: sujeitos, redes e lutas interpretativas. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 58, n. 1, e65634, 2026.

SOUZA, Hortência Brito de. **“Quem vive na margem não se afoga nessa água”**: bissexualidade, interseccionalidade e direito à cidade em Ponta Grossa – Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

SOUZA, Jamilie Santos de. **Tecendo identidades nas fronteiras**: o vestir em narrativas identitárias de mulheres bissexuais. Belo Horizonte: REBIM, 2025.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SPIVAK, Gayatri. Subaltern Studies, Deconstructing Historiography. *In*: LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (Org.). **The Spivak reader**: selected works of Gayatri Spivak. Nova York: Routledge, 1996. p. 203–236.

THOMAZ, Katia de Padua. **A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico**: novos desafios, velhos problemas. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

UDIS-KESSLER, Amanda. Identity/politics: historical sources of the bisexual movement. *In*: BEEMYN, Brett; ELIASON, Mickey (Org.). **Queer studies**: a lesbian, gay, bisexual and transgender anthology. Nova York: New York University Press, 1996. p. 52–63.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7–31, 1995.

VANIN, Luís Fernando. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

VEGA, Alexandre Paulino. **Estilo e marcadores sociais da diferença em contexto urbano**: uma análise da desconstrução de diferenças entre jovens em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WELD, Kristen. **Paper cadavers**: the archives of dictatorship in Guatemala. Durham: Duke University Press, 2014.